OPINIÃO

A engrenagem invisível que transformou a avicultura brasileira em potência global

Rodrigo Tedesco Guimarães (*)

O crescimento da avicultura industrial brasileira nos últimos quinze anos é um dos fenômenos mais robustos do agronegócio mundial.

Dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) apontam que, em 2011, o Brasil produzia cerca de 13 milhões de toneladas de carne de frango, destinando pouco menos de 4 milhões de toneladas ao mercado externo. Atualmente, o país consolidou sua liderança global em exportações, superando a marca de 15 milhões de toneladas produzidas e ultrapassando as 5 milhões de toneladas exportadas para mais de 150 nações.

Essa expansão ocorreu em um ambiente de negócios complexo. O setor opera historicamente sob forte pressão de margens e depara-se com uma volatilidade intensa no custo dos principais insumos, como o milho e a soja. Quando os custos operacionais sobem na velocidade das commodities, a eficiência zootécnica passa a ditar a sobrevivência financeira das empresas.

Como um país de dimensões geográficas que desafiam qualquer padronização técnica linear, no Brasil um mesmo lote de aves precisa expressar seu potencial sob o calor e a umidade acentuada das regiões tropicais ou enfrentar as amplitudes térmicas severas do Sul do país. Da mesma forma, a realidade estrutural do parque produtivo nacional é heterogênea, coexistindo galpões convencionais e abertos ao lado de estruturas altamente tecnificadas e climatizadas.

Para que a engrenagem industrial funcione sem solavancos nessas condições, o ativo biológico alojado precisa oferecer robustez e uma ampla janela de manejo. Se a ave exigir um ambiente absolutamente perfeito para entregar resultados, o risco operacional torna-se proibitivo para a agroindústria. É a versatilidade de performance, tanto no aviário de alta tecnologia quanto na condição desafiadora de campo, que confere segurança ao produtor.

A busca pelo equilíbrio genético

Foi justamente nesse cenário de transição técnica e econômica, há 15 anos, que o mercado de seleção genética precisou recalibrar suas prioridades. O lançamento de soluções estruturadas no início da década passada, a exemplo da introdução da linhagem Ross® 308 AP pela Aviagen®, marcou um momento de virada na busca por esse equilíbrio. O campo passou a entender que a alta performance precisava ser distribuída de forma equitativa por toda a cadeia, contemplando a produção de ovos e pintinhos na matriz, a conversão alimentar no frango de corte e o rendimento de carcaça no abatedouro.

Do ponto de vista econômico, dispor de uma base biológica previsível reduz drasticamente os desvios entre o planejado e o realizado. Quando os indicadores de eclosão, ganho de peso diário e viabilidade tornam-se constantes, a gestão consegue planejar com precisão a fábrica de rações, a logística dos alojamentos e a escala de abate industrial. Pequenos incrementos nesses índices, quando multiplicados por milhões de aves processadas mensalmente pelas integrações, representam cifras milionárias de economia e diluição de custos fixos.

Mitigação de riscos e custos ocultos

Em momentos de forte concorrência, o mercado frequentemente se depara com novas promessas zootécnicas. No entanto, a adoção de novidades sem validação em larga escala comercial traz consigo custos ocultos de transição. Toda mudança de linhagem exige revisões nutricionais, recalibragem de ambiência, períodos de adaptação das equipes de campo e, não raramente, oscilações inesperadas nos primeiros lotes.

Trabalhar com um histórico real de performance e uma curva de manejo já amplamente dominada pelos extensionistas minimiza a variabilidade entre os lotes. Essa consistência evita as chamadas perdas invisíveis, aquelas que não aparecem detalhadas no balanço diário, mas corroem as margens por meio de descartes no incubatório ou falta de uniformidade no peso final que chega ao frigorífico.

A avicultura moderna consolidou-se sobre a certeza de que a inovação é indispensável, mas deve vir acompanhada de segurança biológica. Em um cenário de mercado disputado e globalizado, a estabilidade técnica transforma-se na principal linha de defesa contra as incertezas econômicas.

(*) Médico-veterinário formado pela Universidade Federal de Pelotas e gerente de Serviços Técnicos da Aviagen no Brasil.

Mudança de governo não adia a implantação da Reforma Tributária

Produtor rural precisa entender quais etapas podem ser alteradas por regulamentação e quais dependem de mudança na Constituição ou na legislação

A proximidade do 2º turno das eleições e a possibilidade de uma mudança de governo em 2027 têm levado produtores rurais a uma dúvida importante: se houver troca no comando do país, o novo governo poderá adiar a Reforma Tributária? A resposta é: não de forma geral. Uma mudança de governo pode alterar a forma de regulamentação e a condução de determinadas etapas da Reforma Tributária, mas não permite que o Executivo simplesmente mude todos os prazos já estabelecidos.

Para saber o que pode ser adiado, é preciso identificar onde cada regra está prevista. É importante o produtor separar aquilo que já está determinado pela Constituição daquilo que ainda depende de regulamentação. "Uma mudança de governo não significa que todo o cronograma possa ser refeito. Cada alteração precisa respeitar o nível da norma que estabeleceu aquela obrigação", explica Viviane Morales, diretora administrativa da Lastro Soluções Tributárias para o Agro.

Essa diferença ganha ainda mais importância em 2026, ano-teste da Reforma Tributária. O produtor rural já está diante de uma etapa prevista na Constituição, com a aplicação de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS, em caráter compensável. A partir daí, o cronograma avança para novas fases, algumas delas também definidas constitucionalmente. "É possível, juridicamente, adiar a Reforma Tributária, mas isso exigiria uma Emenda Constitucional e votação do Congresso em tempo hábil para ser definida. Pode acontecer, mas não é tão simples", alerta Viviane.

O que não pode ser adiado por uma decisão do governo

Os principais marcos que estão diretamente previstos na Constituição são:

- 2026: ano-teste da Reforma Tributária, com CBS de 0,9% e IBS de 0,1%, compensáveis;
- 2027: início da cobrança da CBS;
- 2027: início da cobrança do Imposto Seletivo;
- 2027: extinção do PIS e da Cofins, condicionada à instituição da CBS;
- 2027: redução a zero das alíquotas do IPI, com exceção da Zona Franca de Manaus;



Divulgação/Canva

Viviane Morales

> "Uma mudança de governo não significa que todo o cronograma possa ser refeito. Cada alteração precisa respeitar o nível da norma que estabeleceu aquela obrigação.

- 2029 a 2032: transição do IBS, com redução gradual de ICMS e ISS;
- 2033: extinção do ICMS e do ISS.

Por estarem na Constituição, esses prazos não podem ser simplesmente alterados por uma portaria, resolução ou decisão administrativa. Para modificar uma regra constitucional, é necessária uma emenda à Constituição, que passa pelo processo legislativo próprio. "O produtor precisa ter essa segurança jurídica para fazer seu planejamento. Se a intenção for alterar um prazo constitucional, será necessário modificar a própria Constituição e isso não é tão rápido e nem simples", afirma Gustavo Venâncio, diretor comercial e de marketing da Lastro.

O mesmo cuidado vale para aquilo que está estabelecido em lei complementar. Nesse caso, uma alteração também não pode ser feita por uma simples norma administrativa. É necessária outra lei complementar.

O que pode ser ajustado na regulamentação

Existe, porém, uma parte da Reforma que pode sofrer alterações com maior facilidade. São as regras cuja implementação foi deixada para atos infralegais, como atos conjuntos, resoluções e outras normas de regulamentação.

Entre os pontos que estão nesse nível estão o split payment, os procedimentos relacionados aos campos de IBS e CBS nos documentos fiscais, além de questões envolvendo o CNPJ técnico, cadastros, período pedagógico e aplicação de penalidades. Nessas situações, o governo pode alterar procedimentos, prazos operacionais e etapas de implementação dentro dos limites estabelecidos pela legislação. É justamente nesse espaço que ocorreram alguns dos adiamentos e ajustes de cronograma ao longo de 2026.

Para o produtor rural, a diferença é prática. Uma eventual mudança de governo pode trazer novas regulamentações e rever determinadas etapas operacionais, mas não significa que o novo governo possa simplesmente suspender a Reforma ou transferir, por decisão administrativa, os marcos que estão definidos na Constituição. "O produtor não deve tomar uma decisão tributária apostando que uma mudança de governo vai fazer a Reforma Tributária parar. O que pode mudar é a regulamentação de determinados procedimentos. Já os prazos constitucionais continuam exigindo um processo legislativo específico para serem alterados", orienta Viviane.

Por isso, no ano-teste de 2026, o caminho mais seguro é acompanhar aquilo que já está previsto e separar as obrigações constitucionais das regulamentações que ainda podem ser ajustadas. Para Gustavo, essa distinção será cada vez mais importante para quem precisa se preparar para a transição. "A Reforma não deve ser acompanhada apenas pelo calendário, mas pelas mudanças que ela já está exigindo do produtor rural. Por isso, a orientação da Lastro é para que o produtor rural se prepare diante de um cenário que já foi informado", completa.

Automação direciona vacas para área de manejo e agiliza rotina nas fazendas leiteiras

Na pecuária leiteira, parte importante da rotina da equipe envolve localizar animais que precisam de algum tipo de manejo, acompanhamento ou procedimento. Em sistemas automatizados, essa tarefa pode ser incorporada à própria movimentação das vacas dentro da instalação, permitindo que elas sejam direcionadas para uma área específica sem que o produtor ou funcionário precise entrar no barracão para buscá-las.

É essa a proposta da área de separação utilizada em projetos com os robôs de ordenha Lely. Integrada à dinâmica da fazenda, ela funciona como um espaço de manejo direcionado para receber animais que demandam maior atenção em determinados momentos da lactação.

A separação é realizada de maneira automática a partir de programações feitas no Lely Horizon, plataforma de gerenciamento do rebanho. O produtor pode determinar previamente quais condições devem fazer com que determinada vaca seja direcionada para essa área. Quando o animal visita novamente o robô de ordenha e atende ao critério estabelecido, o sistema envia o comando para que o portão correspondente seja aberto e a vaca siga para o local definido.

"O objetivo é evitar que a equipe precise entrar no meio do galpão para procurar um animal que necessita de algum procedimento. A área de separação cria um ponto de manejo mais focal dentro da fazenda e ajuda a otimizar a mão de obra", explica o líder de suporte do Lely Center Carambeí e médico-veterinário, Guilherme Possidonio.

Os critérios podem ser definidos de acordo com a necessidade de cada propriedade e com as informações disponíveis no sistema de gerenciamento. Assim, animais que precisam de observação, avaliação ou algum manejo específico podem ser automaticamente separados do restante do grupo.



Lely

Além das programações previamente estabelecidas, o produtor também pode enviar um comando pontual pelo celular. Caso queira avaliar uma vaca específica, por exemplo, é possível selecionar o animal pelo aplicativo e determinar que, após sua próxima visita ao robô, ele seja encaminhado para a área de separação.

Segundo o médico-veterinário, essa flexibilidade torna o manejo mais rápido e direcionado. "É possível deixar uma rotina previamente programada ou gerar uma ação momentânea. Isso permite ser mais assertivo e mais rápido nas atividades diárias e reduz o tempo dedicado à localização e condução dos animais."

Manejo individual sem interromper a rotina do rebanho

A lógica da área de separação acompanha um dos princípios dos sistemas de ordenha automatizada: permitir que cada animal mantenha sua rotina de forma mais autônoma, enquanto a tecnologia identifica situações que exigem intervenção humana.

Em vez de reunir ou movimentar diferentes grupos para encontrar uma única vaca, o sistema direciona apenas o animal que necessita de atenção. Com isso, a equipe concentra o trabalho nos animais que efetivamente demandam manejo naquele momento.

"Quando a área de separação é bem planejada e utilizada de maneira adequada, percebemos uma diferença importante na rotina da propriedade. Ela facilita o trabalho da equipe, os manejos diários e a organização da mão de obra", completa Possidonio.

A ferramenta também reforça o uso dos dados gerados pelos sistemas automatizados na tomada de decisão da fazenda. Mais do que identificar alterações no rebanho, essas informações podem ser utilizadas para desencadear ações práticas dentro da própria instalação, aproximando monitoramento, gestão e manejo dos animais.

Mercado de sementes forrageiras enfrenta queda

A área caiu 46,5% em 2026, passando de 518,2 mil para 277 mil hectares, conforme dados compilados pela Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem). O cenário aumenta a atenção das empresas do setor para a oferta e a qualidade das sementes.

O El Niño tem alterado o regime de chuvas e elevado as temperaturas em regiões produtoras de espécies de clima temperado, como o Rio Grande do Sul. O risco de menor produtividade nos campos exige que os multiplicadores ampliem áreas destinadas à sementeira para assegurar o volume necessário, sob risco de escassez no mercado.

Apesar das incertezas na oferta, a procura por sementes forrageiras permanece aquecida. O Brasil se encontra na fase ascendente do ciclo pecuário, segundo Enilson Nogueira, analista e consultor de estudos econômicos da Céleres. Para ele, a tendência deve se manter pelos próximos dois a três anos, aumentando o interesse dos pecuaristas em renovar pastagens e adquirir sementes de maior tecnologia.

Outro fator determinante é a expansão da Integração Lavoura-Pecuária (ILP) e da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), aliada ao uso de forrageiras como plantas de cobertura na entressafra agrícola. A busca por sementes certificadas abre espaço para preços firmes e reforça o papel das sementeiras em oferecer portfólios com garantia de padrão e desempenho.